

POLÍTICAS PÚBLICAS E A BIODIVERSIDADE URBANA

K. A. Nascimento¹; J. F. Camargo¹; W.S. Smith^{1,2}

¹Universidade Paulista - UNIP, Laboratório de Ecologia Estrutural e Funcional de Ecossistemas

Avenida Independência nº 210, Éden, Cep: 18087-101. Sorocaba, SP.

e-mail: kamilaantunesnascimento@hotmail.com

² Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Centro de Recursos Hídricos e Estudos Ambientais

– CRHEA, Universidade de São Paulo– USP, Rodovia Domingos Innocentini, Km 13, CEP 13560-970, Itirapina, SP, Brasil.

INTRODUÇÃO

A rápida urbanização vem transformando a relação homem-natureza. As pressões ambientais decorrentes do crescimento da população nas áreas urbanas ocasionam grandes alterações em seu espaço físico, sendo que grande parte da perda da biodiversidade é ocasionada pela dinâmica da expansão urbana (Nogueira, *et al*, 2007). A perda da biodiversidade é uma crise silenciosa. As evidências manifestam-se no declínio das populações biológicas, na ameaça de extinção de espécies, na perda de diversidade genética, na degradação dos ecossistemas e na extensa perda de habitats (Ganem, 2011). Conservar a diversidade biológica significa proteger a multiplicidade de formas de vida e implica adotar ações complexas que envolvem interferências diretas nas atividades humanas, especialmente nas formas como extraímos e exploramos os recursos naturais (Taveira & Higuchi, 2011). Diante desta situação a implementação e execução de projetos em prol da conservação da biodiversidade fica sob responsabilidade de um conjunto de atores e instituições. O conhecimento, respaldado no rigor científico, é um instrumento influente para envolver de forma definitiva a ação do poder público no processo de planejamento e conservação que, assim, podem instituir instrumentos de controle, fiscalização e proteção mais eficazes (Smith, *et al*, 2016). A atuação do poder público (nacional, estadual, municipal) na gestão urbana, políticas públicas ambientais e divulgação dos valores que sustentam as normas de proteção da fauna e flora e manejo racional dos recursos naturais é fundamental para frisar a responsabilidade não só do estado, mas também da população para a proteção e conservação do meio ambiente e conseqüentemente de questões ligadas à biodiversidade urbana (Junior, 2014).

OBJETIVO

Objetiva-se com esse trabalho avaliar a atual relação de políticas públicas e a biodiversidade urbana. A fim de verificar se as ações em prol da sua conservação e manutenção, são realmente eficazes.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada pesquisa buscando-se artigos científicos relacionados a legislação, políticas públicas e medidas de conservação da biodiversidade urbana na esfera dos diferentes níveis de poder público (nacional, estadual e municipal), publicados no período de 1998 a 2018.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir do levantamento realizado foram obtidos 30 artigos abordando os assuntos acima citados, nos três diferentes níveis de poder público, dos quais 33,34% na esfera nacional, 50% na estadual e 16,66% na municipal. Dentre as políticas públicas ambientais realizadas, as principais citadas nos artigos foram ações de educação ambiental, sendo pontuada como a mais importante, a criação de parques e unidades de conservação, planos de manejo para os estados e municípios e leis que estimulam a população e principalmente os órgãos públicos ambientais a conservação da biodiversidade. Sobre tudo, os artigos relatam como principais impactos a biodiversidade: ocupação desordenada do solo, falta de planejamento urbano, destruição da cobertura vegetal, poluição dos corpos d'água e práticas ambientais predatórias. O entendimento de gestão ambiental nas cidades, sobretudo nas metrópoles, necessita ser ampliado e reconstruído, incluindo uma reavaliação do próprio conceito de gestão urbana, da atuação do poder local (municipal) na busca de soluções urbanas adequadas, das políticas públicas vigentes, das intervenções techno-científicas, das experiências comunitárias com relação ao uso econômico dos recursos naturais. Não há um único caminho a seguir, ou um modelo de gestão urbana a adotar, os caminhos são múltiplos e formas de gestão variadas.

CONCLUSÃO

É inegável que o crescimento das regiões metropolitanas, no âmbito populacional e industrial causam impactos diretos na biodiversidade encontrada nas cidades. Mesmo com existência de leis e políticas públicas voltadas para estas questões ainda há deficiência nas ações, o que em parte, explica por que as políticas ambientais brasileiras não são acompanhadas, na prática, de resultados positivos quanto as ações de manutenção, conservação da biodiversidade. Isto implica uma revisão profunda no modo de pensar, planejar e executar as políticas públicas; no modo de produzir e reproduzir o espaço urbano e no modo de viver nas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOGUEIRA, A. C. F.; SANSON, F.; PESSOA, K. 2007. A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. Florianópolis: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, p. 5427-5434.

GANEM, R.S.; DRUMMOND, J.A. 2011. Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas. Capítulo 2, Biologia da conservação: as bases científicas da proteção da biodiversidade, p. 11-46.

TAVEIRA, E.; HIGUCHI, M. I. G. 2011. Políticas Públicas de proteção ambiental no espaço urbano e o colorido das implicações socioeducativas na criação do Parque Municipal Nascentes do Mindu. Sorocaba-SP: REU, n. 1, v. 37, p. 51-74.

SMITH, W. S., JUNIOR, V. D. M., CASTELLARI, R. R., 2016. Papel do município na conservação da biodiversidade. Sorocaba-SP. Rev. Bio. Neotrop. (13)2. 2016. p. 285-299.

JUNIOR, V. D. M. 2014. Biodiversidade do Município de Sorocaba. Capítulo 1, Políticas públicas e proteção da biodiversidade em Sorocaba, n. 1, p. 17-28.

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTO especial a minha família e amigos, por me apoiarem a tornar isto possível e ao meu orientador, Prof^o Dr. Welber Senteio Smith, por todo conhecimento compartilhado e por acreditar em meu potencial.